

MÉTODO DE PESQUISA DA TEMÁTICA DEFICIÊNCIA NOS CURRÍCULOS DE PSICOLOGIA¹

Helena Ferreira Vander Velden²

Lúcia Pereira Leite

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru-SP, Brasil

RESUMO. O estudo de currículos permite verificar tendências e concepções e identificar práticas pedagógicas, o que, por sua vez, possibilita o planejamento e implantação de mudanças, quando necessárias. O material aqui apresentado constitui parte dos resultados obtidos em uma pesquisa de pós-graduação que trata da formação de psicólogos para atuação junto a pessoas com deficiência e na qual se recorreu à análise documental. Para realizar essa tarefa foi utilizado um procedimento metodológico denominado *busca por radicais*, que possibilitou imprimir maior agilidade à pesquisa e rápida identificação das disciplinas que continham os temas de interesse para a pesquisa, facilitando sua seleção para estudo. A utilização da pesquisa documental como metodologia possibilitou tanto a reunião e organização de informações que se encontravam dispersas, conferindo-lhes nova configuração como fonte de consulta, quanto o tratamento e a interpretação dos dados brutos, conferindo-lhes sentido e agregando-lhes valor. Dos 36 cursos, 35 apresentavam ao menos uma disciplina relacionada às pessoas com deficiência, e a soma dessas resultou em 85 disciplinas para análise. A interpretação dos dados levantados mediante a leitura das ementas trouxe informações sobre as intenções predominantes nas ementas das disciplinas, a realização de pesquisas na área, o ensino de procedimentos e técnicas e as possibilidades de atuação e inserção do psicólogo nos diferentes contextos em que este pode lidar com a questão da deficiência. Em uma perspectiva positiva, os resultados demonstraram que parece haver uma tendência a valorizar a interface da Psicologia com outras áreas do conhecimento para o entendimento das questões relacionadas à deficiência.

Palavras-chave: Psicologia; currículo; métodos de pesquisa.

METHOD TO RESEARCH THE DISABILITIES THEME IN PSYCHOLOGY CURRICULA

ABSTRACT. The curricula study allows the verification of trends, concepts and the identification of teaching practices, enabling the planning and implementation of changes when necessary. The material presented here is part of the results obtained in a postgraduate research that deals with the training of psychologists to work with people with disabilities, which appealed to the document analysis. To accomplish this task it was used a methodological procedure named *searching through radical*, which allowed greater agility to the search, enabling the quick identification of the courses containing topics of interest for research, facilitating their selection to study. The use of document analysis as a methodology allowed both the collection and organization of information that were diffused, providing them new configuration as source of information, as the processing and interpretation of the raw data, giving them direction and adding them value. In 36 courses, 35 had at least one subject related to persons with disabilities, and the sum of these resulted in 85 subjects for analysis. The interpretation of data obtained through reading the menus brought information about prevalent intentions on the menus of the subjects, to research in the area, teaching procedures, techniques and possibilities of action and insertion of psychologists in different contexts in which they can deal with disability. In a positive perspective, the results showed that there seems to be a tendency to enhance the interface of psychology with other knowledge areas to understand the issues related to disability.

Key words: Psychology; curriculum; research method.

¹ Apoio e financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES.

² *Endereço para correspondência:* Rua Cândida Gonçalves Bustamante, nº 62, Bairro Morro Chic, Itajubá-MG. CEP 37.500-100. *E-mail:* levv_6@hotmail.com

MÉTODO DE INVESTIGACIÓN DE LA TEMÁTICA DISCAPACIDAD EN LOS CURRÍCULOS DE PSICOLOGÍA

RESUMEN. El estudio de currículos permite la verificación de tendencias, concepciones y la identificación de prácticas pedagógicas, posibilitando la planificación e implantación de cambios cuando necesarios. El material presentado aquí hace parte de los resultados obtenidos en una investigación de postgrado que trata de la formación de psicólogos para actuar junto a personas con discapacidad, en la cual se utilizó el análisis documental. Para ello se utilizó un procedimiento metodológico denominado *búsqueda por radicales*, que permitió una mayor agilidad en la investigación, permitiendo la rápida identificación de las disciplinas que contenían temas de interés para la investigación, facilitando su selección para el estudio. El uso de la investigación documental como metodología permitió la reunión y organización de informaciones que se encontraban dispersas, dándoles nueva configuración como fuente de información, así como también el tratamiento y la interpretación de los datos brutos, dándoles dirección y añadiéndoles valor. De los 36 cursos, 35 presentaban por lo menos una disciplina relacionada a las personas discapacitadas y la suma de estas resultaron en 85 disciplinas para el análisis. La interpretación de los datos obtenidos mediante la lectura de los sumarios ha traído informaciones sobre las intenciones predominantes en los sumarios de las disciplinas, la realización de investigaciones en el área, la enseñanza de procedimientos, las técnicas y las posibilidades de acción e inclusión del psicólogo en los diferentes contextos que se pueden lidiar con el tema de la discapacidad. En una perspectiva positiva, los resultados demostraron que parece haber una tendencia en valorarse la interfaz de la Psicología con otras áreas del conocimiento para la comprensión de las cuestiones relacionadas con la discapacidad.

Palabras-clave: Psicología; currículo; métodos de investigación.

O currículo tem recebido, cada vez mais, a atenção de autoridades, professores e especialistas, e desfruta de visibilidade e prestígio crescentes. No atual panorama educacional brasileiro ele ocupa uma posição central, o que é demonstrado pela realização de constantes reformulações curriculares nos diferentes níveis de ensino, pelo aumento da produção teórica no campo, bem como pelas possibilidades de alterações ou transformações para atender às necessidades do alunado (Moreira, 2001; Leite, Silva, Mennocchi & Capellini, 2011).

Entende-se currículo como o conjunto de experiências escolares sobre o conhecimento que ocorrem dentro de relações sociais e atuam na construção das identidades dos estudantes. O currículo corresponde à união, nas instituições escolares, das ações pedagógicas desenvolvidas com intenções educativas (Moreira & Candau, 2007).

Segundo Moreira e Candau (2007), uma visão mais ampla de currículo inclui planos e propostas (o currículo formal); o que realmente acontece no âmbito escolar e nas salas de aula (o currículo em ação); e as regras e normas implícitas que guiam as relações estabelecidas em sala de aula (o currículo oculto).

De acordo com esse prisma, no currículo se desenvolvem representações que são codificadas de maneira complexa nos documentos e são produzidas a partir de disputas e interesses. Essa perspectiva reforça o

caráter político da educação e acentua ainda mais o papel da escola e do currículo no desenvolvimento de um processo de transformação da ordem social (Moreira & Candau, 2007).

É importante ressaltar que as determinações do Estado são parte importante de um ciclo de produção de políticas, porém não são capazes de direcionar toda a ação da escola ou de guiar a formulação dos documentos curriculares, pois no contexto escolar o entendimento das determinações do Estado é constantemente reinterpretado (Lopes & Macedo, 2006). Complementando este posicionamento, Oliveira e Destro (2005) indicam que as políticas públicas nacionais interferem nas propostas curriculares por estabelecerem conteúdos obrigatórios que, por um lado, pretendem planificar as formações acadêmicas nas mais variadas modalidades ou níveis de ensino, mas em igual medida procuram projetar nos seus signatários relações hegemônicas com grande expectativa sobre quem querem formar e em quais perspectivas.

Não há dúvidas quanto à importância do currículo no processo educativo, uma vez que sistematiza os esforços pedagógicos de vários profissionais e pesquisadores da educação com a finalidade de organizar diretrizes que serão utilizadas para balizar as propostas pedagógicas de um grande número de instituições educacionais. O estudo de um currículo pode permitir a identificação de tendências e concepções nele expressas e das práticas

pedagógicas exercidas pelos professores. Tudo isso oferece a possibilidade de planejar e implementar mudanças em tais documentos, com vista a configurar um currículo que demonstre o compromisso da escola para com seus alunos e para com a comunidade composta por diferentes pares, porém dentro dos limites de uma cultura compartilhada.

No mesmo sentido, retomando-se os preceitos de Moreira e Candau (2007), entende-se serem necessárias discussões e reflexões constantes nas instituições de ensino, a respeito do currículo e dos estudos que o tomam como objeto de análise em qualquer nível e/ou modalidade de ensino, inclusive no contexto universitário.

Quando se concebe o currículo como instrumento político de veiculação de educação (definido segundo a lógica socioeconômica vigente) e de padronização acadêmica independente de quem sejam os estudantes, professores e instituições de ensino, e quando se admite que este seja elaborado por comissões de especialistas supostamente capazes de decidir o que deve ou não ser ensinado, torna-se possível observar e entender alguns modelos expressos nos conteúdos curriculares (Moreira, 1999). Nessa direção, os currículos se fundamentam numa construção histórica e social, e seu estudo deve ser sempre contextualizado.

Considerando-se a importância dos currículos, tanto pela maneira como são elaborados quanto pela sua função política operativa, como instrumento veiculador de conhecimento, cultura e ideologia, entende-se a necessidade de estudos que se proponham a analisá-lo. Se o currículo atua como elemento organizador da instituição de ensino e orientador da prática pedagógica, é preciso investir periodicamente em análises micro e macroscópicas que contemplem os aspectos fundantes dos conteúdos curriculares que sustentam o processo educacional, de modo a concatená-los com as mudanças socioculturais.

Após a promulgação da LDB/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, o Ensino Superior entrou em um momento de transição, expresso por um movimento de reformulação dos currículos dos diversos cursos de formação superior do país, inclusive os cursos de graduação em Psicologia (Abdalla, Batista & Batista, 2008).

Nesses termos, esse texto procura descrever os resultados de um estudo que objetivou, de modo geral, investigar a formação em Psicologia e, mais especificamente, analisar as proposições curriculares dos cursos públicos de graduação em Psicologia do país, para averiguar como a temática da deficiência vem sendo contemplada nos conteúdos curriculares desses cursos.

Em grande medida, esse interesse foi influenciado pela leitura de pesquisas que buscaram analisar o currículo de Psicologia e demonstraram determinadas características, como, por exemplo, uma formação fortemente voltada para a área da saúde mental e centrada no modelo clínico-liberal, que prioriza o atendimento individual em consultório (Ribeiro & Luzio, 2008), ou ainda, uma valorização demasiada, nos cursos de graduação, do psicólogo como profissional liberal (Dimenstein, 1998).

Em outro alcance, deparou-se com estudos que apontam a carência na formação em Psicologia no que tange à história de sua constituição (Baraúna, 1999). Ferreira Neto e Penna (2006) discutem a necessidade de considerar e problematizar o currículo como importante meio de produção de processos de subjetivação, pois, como relatam Segre, Baccaro e Candido (2009), as diretrizes curriculares indicam com especial ênfase as competências que devem ser desenvolvidas durante a formação acadêmica desse profissional. Vander Velden (2012), ao analisar currículos de Psicologia à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais, verificou a existência de uma discrepância entre o que está prescrito nas normas e o que está sendo ensinado nos cursos de graduação, no que diz respeito à formação para atuar no atendimento às pessoas com deficiência. Essas diversas questões, apontadas pelas pesquisas na área, mostram que a formação em Psicologia ainda necessita de debates, revisões e reformulações.

Conforme informações da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP, 2011), é preciso romper com o modelo tradicional e dominante de fazer reformas curriculares, o qual não passa de um contínuo rearranjo de disciplinas, que, em última instância, leva a uma formação compartimentada e fragmentada. Tais indicações corroboram as considerações anteriormente elencadas por Rocha (1999), denotando que, até meados de 1990, as

alterações do currículo mínimo se baseavam na inclusão e retirada de disciplinas.

Para superar o modelo tradicional e dominante de realizar reformas curriculares é preciso continuar estudando a formação em Psicologia, no sentido de encontrar e propor alternativas. Uma das possibilidades para a realização desses estudos é a análise de currículos, um meio que parece permitir o conhecimento da formação proposta por um curso, as habilidades e competências curriculares que se deseja desenvolver e os conteúdos a serem veiculados. A análise de ementários, aplicada nesse texto, é uma proposta que foi anteriormente utilizada por Chacon (2001) e Mazo (2010) para investigar, respectivamente, a formação em Psicologia/Pedagogia e em Arquitetura. Um dos métodos mais adequados para estudar currículos e documentos é a análise documental.

O material aqui apresentado constitui parte dos resultados obtidos em uma pesquisa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (Mestrado) de uma universidade pública estadual, que trata da formação de psicólogos para atuar junto a pessoas com deficiência na qual se recorreu ao emprego da análise documental. A pesquisa documental apresenta como vantagem a possibilidade de organizar informações que se encontram dispersas. Isto lhe confere nova configuração como fonte de consulta, além de buscar a seleção, o tratamento e a interpretação da informação bruta para extrair algum sentido e agregar-lhe valor, o que pode contribuir para o aumento do conhecimento científico na área pesquisada (Raupp & Beuren, 2003). Para imprimir maior agilidade à pesquisa documental recorreu-se à estratégia metodológica de busca por radicais, que auxilia na busca dos indicadores considerados e previamente selecionados, condizentes com a intenção de pesquisa. Neste estudo, tal estratégia propiciou a sinalização e o mapeamento de temas previamente estabelecidos (no caso, relacionados aos temas deficiência e inclusão social e/ou educacional) em disciplinas de cursos públicos de Psicologia no Brasil, com a intenção de averiguar como os cursos oficialmente têm contemplado conteúdos que favoreçam a atuação do profissional da

Psicologia na atenção às pessoas com deficiências nos vários âmbitos, como o educacional, o social, o organizacional e clínico, por exemplo.

PERCURSO METODOLÓGICO

Análise documental

A pesquisa aqui descrita objetivou investigar teoricamente a formação em Psicologia à luz do método documental. Em termos sintéticos, tal técnica visa à identificação de informações e à verificação de hipóteses por meio da leitura e análise criteriosas de documentos como materiais escritos, filmes, vídeos, eslaides, fotografias, pôsteres e outros (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009).

Tais documentos podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, fontes estatísticas e fontes não escritas. A principal característica da pesquisa documental é que a coleta de dados restringe-se a documentos - escritos ou não - que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica (Marconi & Lakatos, 2007, 2009).

Bardin (1997) define a análise documental como um conjunto de operações que tem o objetivo de representar o conteúdo de um documento de forma diferente, consistindo na reapresentação condensada da informação diante de uma leitura crítica e criteriosa.

A análise documental é utilizada em pesquisas qualitativas, nas ciências humanas e sociais, e é recomendada para a investigação de dados históricos, uma vez que permite o acesso aos valores, à ideologia e às intenções das fontes/autores dos documentos estudados (Lüdke & André, 1986).

Sua utilização mostrou-se adequada ao estudo proposto, uma vez que se pretendeu mapear e investigar ementários de cursos de graduação em Psicologia provenientes de instituições públicas em toda a esfera nacional. Os documentos institucionais foram analisados com o objetivo de criar subsídios teórico-operacionais que levem à compreensão do aspecto estudado.

No detalhamento metodológico adotado, ao utilizar a análise documental, recorreu-se às matrizes curriculares e ementas das disciplinas de cursos públicos - federais e estaduais - de graduação em Psicologia do país, buscando-se

a presença nelas dos temas deficiência, necessidade especial, inclusão social e excepcional, por estes serem da área de atuação dos pesquisadores envolvidos, os quais têm domínio e conhecimento acadêmico para debater e analisar os dados coletados.

Busca por radicais

Para a realização da análise documental utilizou-se, primeiramente, uma estratégia metodológica de busca, que encontra as palavras-chave por meio da localização de seus radicais. Tal procedimento foi igualmente utilizado por Mazo (2010), e consiste no emprego dos radicais de palavras, ou seja, nos descritores que representam o núcleo semântico e formal de uma palavra. O radical corresponde à raiz de uma palavra, e se mantém invariável e atemporal, mesmo em função de gênero, da referência gramatical – plural ou singular, por exemplo. Dessa forma, o exame inicial de documentos pelo uso de radicais tem se constituído numa ferramenta de pesquisa interessante e viável, que permite uma análise prévia e classificação rápida do material que o pesquisador terá como objeto de estudo, podendo abranger diversos enunciados correspondentes a um mesmo tema ou tópico, conforme mostrado no quadro 1.

Quadro 1. Radicais e palavras buscados nas ementas das disciplinas

Temas	Radical	Palavras-chave
Deficiência	DEF	Deficiência/Deficiências/Deficiente/Deficientes/Pessoa com deficiência
Necessidade Especial	ESP	Necessidade especial/ Necessidades especiais/ Necessidades educacionais especiais/ Necessidades educativas especiais/ Educação Especial
Inclusão	INCL	Inclusão Educacional/ Inclusão Escolar/ Educação Inclusiva
Excepcional	EXC	Excepcional/Excepcionalidade/ Exclusão/Excluído

Ao lançar mão do uso desse procedimento esperava-se mapear o tema de interesse de maneira mais eficiente e assim refinar os dados da pesquisa. Neste sentido a busca por radicais se mostrou exequível para localizar, nos documentos pesquisados, proposições curriculares que apontassem para o ensino de conteúdos relacionados à temática da deficiência em cursos públicos de Psicologia no país, pois

permitiu a investigação de palavras-chave diversas relacionadas aos temas de interesse.

Para localizar as palavras, todos os radicais apresentados no Quadro 1 foram digitados individualmente nas ferramentas de busca dos programas correspondentes ao formato do arquivo localizados, que continham as informações curriculares de cada curso. Quando encontradas as palavras-chave referentes ao emprego de cada radical, o texto era novamente lido, para certificação de que havia correspondência entre a palavra encontrada e o tema pesquisado, pois muitas vezes a palavra apresentava significados diferentes dos de interesse. Foram então excluídas da amostra aquelas disciplinas cujos termos, apesar de aparecerem na sua descrição, não abordavam as temáticas pesquisadas na sua ementa, objetivo ou conteúdo - por exemplo, “deficiência alimentar na primeira infância”, componente curricular identificado pelo uso do radical DEF.

No caso de correspondência, a disciplina selecionada era então classificada como de natureza obrigatória ou optativa, destacando-se o(s) radical(is) encontrado(s), os quais eram separados e classificados conforme a alocação da palavra-chave na(s) esfera(s) curricular(es) do plano de ensino (ementa, objetivos ou conteúdos).

A leitura cuidadosa permitiu verificar que temas de interesse se encontravam às vezes em ementas de disciplinas cujos nomes não anunciavam diretamente o ensino das temáticas estudadas ou cuja descrição não abarcava nenhuma das palavras-chave. “Psicologia e Inteligência” é um exemplo de disciplina que foi incluída na amostra, apesar de seu nome e sua descrição não apresentarem nenhum dos termos-chave; porém a leitura da ementa permitiu que fossem identificados temas de interesse da pesquisa, como “altas habilidades”, por exemplo. Não aparece nenhum dos radicais que se buscavam, porém o tema encontrado está estritamente relacionado à temática da pesquisa.

O quadro 2 traz um exemplo de como os dados das disciplinas incluídas na amostra foram organizados. Depois de identificadas e selecionadas as disciplinas que abordavam o assunto estudado por meio da pesquisa por radicais e da leitura dos materiais (ementários, planos de ensino, programas, entre outros), o material a receber o segundo tratamento de dados ficou assim constituído: 85 disciplinas, sendo 54 de caráter obrigatório e 31 optativas.

Cada uma delas foi categorizada de acordo com o exemplo dado no quadro 2.
Quadro 2. Caracterização das disciplinas

Nome	Categoria das disciplinas	IES/ região	Parte do Plano (ementa, objetivo ou conteúdo)	Radical (is)	Trecho em que aparece	Temas correspondentes
Psicologia do Excepcional	Obriga-tória	UFES-Sudeste	Ementa	DEF	Classificação e etiologia dos deficientes mentais. Técnicas de avaliação da deficiência mental. O deficiente auditivo e visual. Paralisia cerebral. O papel do psicólogo na reabilitação.	Deficiência

Cumprir observar que, do montante da amostra, as palavras-chave foram encontradas em locais distintos e, às vezes, em uma mesma disciplina, em mais de um item curricular - por exemplo, na ementa e no conteúdo programático. Na tentativa de uniformizar as informações para análise, optou-se por retirá-las de apenas um conjunto de informações, no caso, a ementa da disciplina, por ser o item mais disponível na totalidade dos cursos analisados, eliminando-se o material proveniente dos conteúdos e dos objetivos. Assim, o segundo tratamento deixou de ser realizado com os objetivos e conteúdos curriculares, pelo fato de apenas uma pequena parcela estar disponível. Diante disso, a amostra final do trabalho totalizou 79 ementas, correspondendo a número semelhante de disciplinas oriundas de 35 IESs, estaduais e federais, que foram incluídas na pesquisa porque apresentavam, no

currículo de formação em Psicologia, informações que faziam referência às pessoas com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um primeiro momento, apresenta-se como parte dos resultados o mapeamento, por região, dos cursos de Psicologia no Brasil oferecidos por instituições públicas que disponibilizaram o material para análise, conforme retrata o quadro 3. Esse mapeamento inclui o recolhimento das grades curriculares dos cursos, a aplicação da busca por radicais nas descrições das disciplinas dos mesmos e sua leitura subsequente.

Quadro 3. Distribuição das instituições incluídas na amostra, segundo a categoria administrativa e a região do país

Região Centro-oeste		Região Nordeste		Região Norte		Região Sudeste		Região Sul	
Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual
UnB		UNIVASF	UNEB	UNIR		UFF	UNESP-Bauru	UFPR	UEM
UFMT-Rondonópolis		UFS				UFSCar	UNESP-Assis	UFSC	UEL
UFMT-Cuiabá		UFAL-Arapiraca				UFES	UERJ	UFRS	UNICENTRO
UFMS-Corumbá		UFAL-Maceió				UFMG	USP-Ribeirão Preto	UNESC	
UFG-Jataí		UFC-Fortaleza				UFJF	USP-São Paulo	FURG	
UFGD		UFC-Sobral				UFTM			
		UFMA				UFSJ			
		UFBA							
6	-	8	1	1	-	7	5	5	3
6		9		1		12		8	

Informa-se que, do universo das 36 IESs das quais se conseguiu material para análise, 27 são de competência administrativa federal e nove são instituições estaduais. Desse total, 35 instituições contemplavam, em seu currículo, ao menos uma matéria relacionada à inclusão de pessoas com deficiência. Ressalta-se que esses 35 cursos contabilizaram um total de 3.664 disciplinas. A soma de todas as disciplinas resultou num montante de 85 disciplinas a serem analisadas, das quais 54 eram de caráter obrigatório, representado 63,5% da amostra, e as demais, que somaram 31 disciplinas, eram optativas (27,5%). Destaca-se que apenas uma instituição não apresentava em suas grades curriculares disciplinas relacionadas às pessoas com deficiência. É oportuno informar que, segundo o Ministério da Educação, em 2011 existiam no Brasil 58 cursos públicos de Psicologia regularizados, sendo 45 federais e 13 estaduais; portanto, esta pesquisa conseguiu mapear 62,1% do total da amostragem.

Depois de estabelecidas as disciplinas a serem analisadas (85 disciplinas, provenientes de 35 IESs), procedeu-se à busca por radicais. Foram identificados os termos de maior ocorrência nos títulos das disciplinas e estas foram separadas pela semelhança de nome e analogia com o tema de referência.

Foi possível notar, primeiramente, uma grande dispersão de temas e uma grande diversidade de disciplinas. Os termos *necessidades especiais* e *excepcional* foram os de maior ocorrência, aparecendo em doze e dez nomes de disciplinas, respectivamente. Na sequência, os temas *inclusão*, *educação especial* e *contextos educacionais* figuram no título de nove disciplinas cada um, e o termo *deficiência* aparece no nome de seis matérias. *Diversidade/diferença* e *trabalho/organizações/orientação profissional* somam quatro disciplinas cada um, seguidos dos termos *necessidades educacionais especiais*, *aspectos biológicos/genética*, *psicopedagogia/psicoeducacional* e *desenvolvimento*, cada um dos quais com três ocorrências. Os termos *sexualidade* e *jurídico/judiciário* figuram duas vezes, cada um, em títulos de disciplinas. As disciplinas que não puderam ser agrupadas por semelhança de tema ou de nome totalizaram sete ocorrências, e foram agrupadas na categoria “outros”.

A busca por radicais permitiu que verificar o número de vezes em que cada um dos radicais

figura nas disciplinas da amostra, bem como sua ocorrência nos diferentes itens dos planos de ensino.

Na análise dos dados foi possível verificar que o radical DEF, que procurava identificar as palavras-chave *deficiência*, *deficiências*, *deficiente*, *deficientes* e *pessoa com deficiência* apareceu 44 vezes quando realizada a verificação da descrição das disciplinas. Igualmente, o radical ESP, que visava a identificação dos termos *necessidade especial*, *necessidades especiais*, *necessidades educacionais especiais*, *necessidades educativas especiais* e *Educação Especial*, ocorreu 38 vezes. INCL era o radical com o qual se pretendia reconhecer as palavras-chave *inclusão educacional*, *inclusão escolar* e *educação inclusiva*, e foi encontrado 28 vezes nas descrições das disciplinas; por último, o radical EXC – para *excepcional*, *excepcionalidade*, *exclusão* e *excluído* – configurou 25 vezes nos planos de ensino analisados. A ocorrência de cada um dos radicais nos diferentes itens dos planos de ensino está indicada no quadro 4.

Quadro 4. Ocorrência de cada radical nos diferentes itens dos planos de ensino

Radical	Ementa	Objetivo	Conteúdo	Total
DEF	31	5	8	44
ESP	32	3	3	38
EXC	18	2	5	25
INCL	25	2	1	28
Total	106	12	17	135

O conjunto das informações apresentadas no quadro 4 mostra que as ementas são as responsáveis pela maioria das ocorrências de qualquer radical (78,5%), seguida pelos conteúdos (12,6%) e depois pelos objetivos (8,9%). O radical que mais vezes aparece nos planos analisados é DEF, seguindo-se ESP, INCL e EXC, em ordem decrescente. Nas ementas, o radical que predomina é o ESP, e nos objetivos e conteúdo, o DEF.

De acordo com Scarton (2002), a ementa é uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina, e deve ser redigida de forma

que os tópicos essenciais da matéria sejam apresentados sob a forma de frases nominais. O sucesso da maior ocorrência nesse item pode indicar uma tendência a abordar a temática no desenvolvimento das disciplinas, além de justificar a utilização das ementas para a realização da análise, nessa pesquisa.

O fato de os radicais ESP e DEF predominarem nas ementas indica que os termos mais utilizados em suas descrições são: *necessidade(s) especial(is), necessidades educacionais especiais, necessidades educativas especiais, Educação Especial; deficiência(s), deficiente(s) e pessoa com deficiência*, respectivamente. Isso pode indicar uma tentativa de se referir mais adequadamente a essa parcela da população. A menor ocorrência do radical EXC corrobora esse fato, e pode indicar uma tendência de abandono do termo “excepcional” – termo já há muito considerado inadequado - para referir-se às pessoas com deficiência. Segundo Sasaki (2003, 2005), existe uma tendência mundial – e igualmente brasileira – de utilizar o termo *deficiência intelectual*³. Em termos mais específicos, o autor considera o designativo *intelectual* mais apropriado, por se referir especificamente ao funcionamento do intelecto, e não ao funcionamento geral da mente. Outra razão é que o termo *excepcional* não pode fazer referência apenas àqueles com deficiência intelectual, pois os superdotados também são excepcionais, por localizarem-se na outra ponta da curva da inteligência humana.

As informações a respeito dos termos encontrados nos títulos das disciplinas confirmam esses dados, uma vez que o termo *necessidades especiais* é o mais encontrado nos nomes das matérias da amostra. No contraponto, o termo *excepcional* é o segundo em termos de ocorrência nos títulos das disciplinas; isso mostra, conforme aponta a

literatura, que algumas instituições ainda insistem em manter a denominação *Psicologia do Excepcional* para intitular as disciplinas que abordam a questão da deficiência. Apesar de algumas disciplinas ainda utilizarem essa nomeação, grande parte dos cursos vem passando por processos de reestruturação curricular e alterando o título da disciplina, com vista a acompanhar as tendências político-sociais e acadêmicas (Figueira, 2006; Chacon, 2001). Não obstante, nas descrições da maioria das ementas, o radical EXC – e, conseqüentemente, o termo *excepcional* - são os de menor ocorrência, como exposto anteriormente. Isso mostra que a disciplina pode manter o título *Psicologia do Excepcional*, mas deve apresentar na ementa uma descrição que utilize os termos considerados mais adequados atualmente. Nessa linha de raciocínio, o contrário também é verdadeiro, ou seja, a alteração do título da disciplina não garante mudanças nos conteúdos nela trabalhados.

A análise detalhada dos conteúdos expressos nas ementas demonstrou que grande parte delas aborda a questão da deficiência na forma de classificação, categorização, conceituação, caracterização, definição a respeito das deficiências (esses são os termos utilizados) e descrição dos tipos de deficiência; algumas fazem alusão aos aspectos etiológicos, biológicos e funcionais da deficiência, e outras aos aspectos históricos. É possível que o viés orgânico subsidie o modo de abordar a deficiência, em vista da forte influência que teve a Medicina sobre a Psicologia, principalmente no início da implantação dos cursos (fato revisto, após as várias alterações curriculares - especialmente a de 1995 - pela Comissão de Especialistas de Ensino de Psicologia, criada pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - MEC/SESu, indicando mudança de paradigma nas diretrizes curriculares do curso, numa perspectiva pluralista e sólida, a partir de uma formação generalista e interdisciplinar, preparando o aluno para uma atuação multiprofissional à luz de uma formação científica crítico-reflexiva, comprometida eticamente com as demandas sociais (ABEP, 2011). Não obstante, foi possível verificar também a interface da Psicologia com outras áreas do conhecimento, especialmente com as Ciências Biológicas, as Ciências Humanas e as

³ Nos últimos anos, em vista da adoção de um termo mais específico para nomear os indivíduos que apresentam notoriamente prejuízos cognitivos, em 2002, após reflexão e análise da própria Associação Americana de Retardo Mental (AMRR, 2006), na tentativa de dissociar a deficiência mental da doença mental, começa a adotar o termo *deficiência intelectual*, termo tornado público e aceito pela comunidade científica internacional na Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual, em 2004. Com isso a AMRR passa a ser designada por American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD).

Ciências Exatas, bem como a evidência de um pequeno número de disciplinas fazendo referência à prática profissional e às possibilidades de atuação do psicólogo junto a pessoas com deficiência.

Num cotejo das ementas percebe-se que poucos são os cursos de Psicologia que ofertam disciplinas voltadas à formação do pesquisador na área da deficiência ou ao ensino de procedimentos clínicos de diagnóstico, avaliação psicológica e intervenção específica. Este fato indica a necessidade de inserir conteúdos curriculares que versem sobre as possibilidades de atuação do psicólogo junto a pessoas com deficiência nos diversos contextos possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme referido nos parágrafos anteriores, a análise documental constitui – como confirmado no caso deste estudo - é um método de pesquisa eficiente e apresenta diversas vantagens em pesquisas acadêmicas, entre elas: permitir o acesso ao material no seu conjunto, principalmente em se tratando de materiais pouco acessíveis ou de grande custo; economizar no tempo de pesquisa; o pesquisador se deslocar menos; favorecer a organização de informações que se encontram dispersas; ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessite de contextualização histórica e sociocultural.

Este arrazoado expressou os resultados da análise documental com aplicação na análise de ementários provenientes de cursos públicos de Psicologia do país. Essa análise foi facilitada de forma expressiva pela utilização da *busca por radicais*, uma estratégia metodológica que facilita uma varredura inicial do material a ser examinado. Tal técnica possibilitou mapear mais de 3.000 disciplinas do universo dos 35 cursos de Psicologia investigados, facilitando a identificação e seleção de disciplinas para análise detalhada. A sua utilização é indicada sempre que os documentos que se pretenda analisar estejam disponíveis em arquivos eletrônicos que possuam ferramentas de busca, como Libreoffice, Microsoft Word, Adobe Reader e Internet Explorer e outros.

Outro aspecto que a busca por radicais permitiu verificar foi que, em função de muitos títulos de disciplinas trazerem o nome

“Psicologia do Excepcional” e correlatos, a maioria dos termos que aparecem nas ementas foram aqueles considerados mais adequados para abordar a questão da deficiência: deficiência, deficiências, deficiente, deficientes e pessoa com deficiência. Constatou-se o emprego constante dos termos correspondentes: necessidade especial, necessidades especiais, necessidades educacionais especiais, necessidades educativas especiais e educação especial, indicando uma tendência de mudança na atenção da sociedade para com as pessoas com deficiência. Se por um lado isso pode ser considerado um avanço, pois desloca o foco do sujeito, remetendo à provisão de condições contextuais diferenciadas em função de necessidades específicas, por outro se deve considerar que tais expressões podem ser empregadas erroneamente, pois, em virtude da amplitude do seu conceito, não deixam claro quem são os sujeitos que se enquadram nessas circunstâncias.

Retomando as considerações curriculares, no que se refere às disciplinas que tratam da questão da deficiência, percebeu-se que, apesar de as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia não fazerem nenhuma referência específica à inserção de disciplinas dessa natureza nos currículos dos cursos, a grande maioria deles possui pelo menos uma disciplina abordando o assunto. Por outro lado, ao considerarmos o montante das disciplinas dos 35 cursos analisados (3.664 disciplinas), as 85 disciplinas que abordam a questão da deficiência correspondem a pouco mais de 2% do total. Ademais, não existe, conforme citado, uma recomendação específica para a quantidade ou qualidades dos assuntos a serem abordados nas disciplinas que visam tratar da deficiência. Não obstante, pode-se questionar se a percentagem encontrada é suficientemente expressiva para formar o aluno de graduação em Psicologia nos dias atuais, diante da grande demanda de atenção à pessoa com deficiência nos mais diversificados contextos. Recordar-se que, de acordo com Censo Demográfico 2010 – Resultados Gerais da Amostra – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010), o contingente de pessoas com alguma deficiência no Brasil chega a 45,6 milhões, com comprometimento em pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, física, auditiva e intelectual), o que, em termos percentuais, corresponde a 23,9% do total da população do

país. Desse modo não se pode negar a necessidade de os alunos dos cursos de Psicologia aprenderem conteúdos que versem sobre deficiência em seus aspectos etiológicos, biológicos e funcionais, visto que certamente esses futuros profissionais atuarão, de modo direto ou não, com essa demanda em seu trabalho.

Diante da importância do currículo para o desenvolvimento das subjetividades dos sujeitos, é preciso refletir a respeito de sua contribuição para a construção das crenças e valores a respeito das pessoas com deficiência, para saber em que medida os conteúdos curriculares que abordam essa questão favorecem o desenvolvimento de atitudes e valores positivos em relação às pessoas com deficiência nos alunos de Psicologia, enquanto indivíduos e profissionais.

Como no currículo é desenvolvida uma variedade de representações, produzidas no esteio de disputas e interesses, é importante questionar se os conteúdos curriculares ainda veiculam concepções baseadas nos preceitos de uma sociedade que valoriza a perfeição e a produtividade ou se já vêm procurando se fundamentar em normas mais justas e humanitárias. É preciso investigar ainda qual é o caráter político que caracteriza os cursos de formação em Psicologia e quais são as formas eficientes de garantir que o currículo e a universidade exerçam um papel ativo nos processos de transformação da ordem social.

REFERÊNCIAS

- Abdalla, I. G., Batista, S. H., & Batista, N. A. (2008). Desafios do ensino de psicologia clínica em cursos de psicologia. *Psicol. cienc. prof.*, 28(4), 806-819. Recuperado em 12 março, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000400012&lng=pt&nrm=iso
- Associação Brasileira de Ensino de Psicologia-ABEP. (2011). Recuperado em 20 agosto, 2011, de http://www.abepsi.org.br/portal/?page_id=75
- Baraúna, L. M. P. B. (1999). Da História da Psicologia para uma História na Psicologia. In A. M. Jacó-Vilela et. al. (Orgs.), *Clio-psyché: histórias da Psicologia no Brasil* (publicação não paginada). Rio de Janeiro, RJ: UERJ/NAPE. Recuperado em 20 agosto, 2011, de <http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/clio1/livroclio1.htm>
- Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beuren, I. M., & Raupp, F. M. (2003). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In I. M. Beuren (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo, SP: Atlas.
- Brasil. Ministério da Educação (2011). *E-MEC: Dados sobre as Instituições de Ensino Superior*. Recuperado em 03 fevereiro, 2011, de <https://emec.mec.gov.br/ies/>
- Candau, V. M., & Moreira, A. F. B. (2007). Currículo, Conhecimento e Cultura: Currículo, Cultura e Sociedade. *Boletim 17*. SEED-MEC. Recuperado em 03 julho, 2011, de <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/155518Indagacoes.pdf#page=20>
- Chacon, M. C. M. (2001). *Formação de Recursos Humanos em Educação Especial: Respostas das Universidades à Recomendação da Portaria Ministerial nº 1.793 de 27.12.1994*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, SP.
- Dimenstein, M. D. B. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81. Recuperado em 10 setembro, 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a04v03n1.pdf>
- Ferreira Neto, J. L., & Penna, L. M. D. (2006, agosto). Ética, clínica e diretrizes: a formação do psicólogo em tempos de avaliação de cursos. *Psicol. estud.*, 11(2). Recuperado em 03 maio, 2010, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200017&lng=en&nrm=iso
- Figueira, E. (2006) Uma análise dos programas de Psicologia do Excepcional nos cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Texto não publicado, Universidade do Sagrado Coração-USC, Bauru.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência* Brasília: IBGE, 2010. Recuperado em 04 maio, 2011, de ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf
- Leite, L. P., Silva, A. M., Mennocchi, L. M. & Capellini, V. L. M. F. (2011). A adequação curricular como facilitadora da educação inclusiva. *Psicol. educ.*, 32, 89-111. Recuperado em 12 março, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100006&lng=pt&nrm=iso
- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2006, julho/dezembro). Nota introdutória: reconfigurações nos estudos sobre políticas de currículo. *Currículo sem Fronteiras*, 6(2), 5-9. Recuperado em 10 setembro, 2011, de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articulos/introduc.pdf>

- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2007). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos* (7a ed.). São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2009). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* (7a ed.). 2. reimpr. São Paulo: Atlas.
- Mazo, R. (2010). *Ensino de Arquitetura e concepção de professores sobre acessibilidade, inclusão social, desenvolvimento humano e deficiência*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Bauru, SP.
- Moreira, A. F. B. (2001, janeiro/junho). O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. *Currículo sem Fronteiras*, 1(1), 35-49. Recuperado em 12 março, 2012, de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/moreira.pdf>
- Oliveira, O. V., & Destro, D. S. (2005, janeiro/fevereiro/março/abril). Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa. *Revista Brasileira de Educação*, 28, 140-150. Recuperado em 20 fevereiro, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n28/a12n28.pdf>
- Ribeiro, S. L., & Luzio, C. A. (2008, dezembro). As Diretrizes Curriculares e a formação do psicólogo para a saúde mental. *Psicologia em Revista*, 14(2), 203-220. Recuperado em 03 maio, 2010, de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/.../355>
- Rocha, A., Jr. (1999). Das Discussões em torno da Formação em Psicologia às Diretrizes Curriculares. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(2), 3-8. Recuperado em 03 maio, 2010, de <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1144/852>
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009, julho). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1). Recuperado em 19 agosto, 2010, de <http://www.rbhcs.com>
- Sasaki, R. (2003). *Como chamar as pessoas que têm deficiência? Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR.
- Sasaki, R. (2005, março/abril). Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? *Revista Nacional de Reabilitação*, 9(43), 9-10. Recuperado em 20 fevereiro, 2012, de <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=16536>
- Scarton, G. (2002). *Guia de produção textual: assim é que se escreve...* Porto Alegre: PUCRS, FALE/GWEB/PROGRAD. Recuperado em 20 fevereiro, 2012, de <http://www.pucrs.br/gpt>
- Segre, A., Baccaro, A., & Candido, M. S. (2009). A Formação do Psicólogo: A capacitação pessoal em foco. Recuperado em 20 fevereiro, 2012, de <http://www.abepsi.org.br/10anos/ALESSANDRABACCARO.pdf>
- Vander Velden, H. F. (2012). *Formação de profissionais em Psicologia para atenção às pessoas com deficiência: análise de ementários dos cursos públicos de graduação no País*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Bauru, SP.

Recebido em 24/09/2012

Aceito em 22/06/2013

Helena Ferreira Vander Velden: mestre em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.

Lúcia Pereira Leite: doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, professora assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.